

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS PRIVADAS: EM FOCO OS PLANOS DE SAÚDE O PAPEL DA ANS COMO AGÊNCIA REGULADORA DO SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR E O COMPROMISSO CONSTITUCIONAL DO ESTADO COM A SAÚDE DA POPULAÇÃO

1 Marcos da Silva Antunes Junior (IC-UNIRIO); 2 Amanda Dias Antunes (IC-UNIRIO); Edna Raquel R. S. Hogemann (orientador).

1 – Departamento de Fundamentos; Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2 – Departamento de Fundamentos; Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: IC/UNIRIO.

Palavra-chave: Direito constitucional. Direitos fundamentais. Saúde suplementar.

INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais foram previstos em nossa Constituição Federal de 1988 e entre eles está elencado o direito à saúde (BONAVIDES, 1997, p. 63). Atualmente temos em nosso país um sistema de saúde que é admirado por muitos outros. Entretanto, vemos que ainda há muitas demandas a serem tratadas e solucionadas pelos nossos governantes, o que vem a causar o surgimento da saúde suplementar, que são os planos de saúde; justamente para suprir essa necessidade. A presente pesquisa tem por objetivo tratar da saúde suplementar no Brasil, com as suas particularidades e desafios. Foi necessário antes de tudo, realizar uma abordagem teórica e crítica do tema Direitos Fundamentais, especificamente em relação à saúde pública, com seu desdobramento na saúde suplementar.

OBJETIVO

Foi perseguido o tema dos Direitos Fundamentais e seu desenvolvimento em nosso país no campo da saúde pública. Uma abordagem concisa e sóbria em relação ao que significa a saúde pública em nosso país, seu estado atual, suas dificuldades e desafios. Após, buscou-se tratar sobre o nosso Sistema Único de Saúde (SUS), sua implementação no processo legislativo e sua execução. Tais etapas foram traçadas para ao final entender o porquê do fenômeno da saúde suplementar no Brasil, para então entender sua dinâmica, desdobramentos e dificuldades.

METODOLOGIA

Para a construção textual, buscou-se adequar o presente estudo à Norma 10.520/2002 da ABNT, para fins de uniformização acadêmica. Para o desenvolvimento da publicação científica foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica dos principais autores que se debruçam sobre o tema, análise jurisprudencial, fichamento de livros, artigos acadêmicos, monografias, ensaios e posterior processamento dos dados. Houve também uma análise e uma pesquisa das leis que normatizam a saúde suplementar.

RESULTADOS

Foram aferidos dados significativos sobre o desenvolvimento da saúde pública no Brasil e a sua implementação, sendo o que hoje conhecemos como Sistema Único de Saúde. Também, verificou-se que a Agência Nacional de Saúde tem se prestado a um serviço essencial ao controle da saúde suplementar (MENDES, 2013, p. 638), onde os planos de saúde têm passado por um rigoroso processo de normatização e fiscalização. Um artigo foi o resultado das pesquisas realizadas pelo grupo de iniciação científica, que será submetido à publicação, e outros ainda estão em fase de conclusão. Foi proveitoso o modo de pesquisa em torno do tema, onde foi possível compreender e assimilar a forma em que os planos de saúde tem se comportado segundo a legislação vigente e seus reflexos na jurisprudência.

CONCLUSÃO

A saúde suplementar é uma realidade brasileira. Não podemos negar sua importância em face da grande carência que o Sistema Único de Saúde sofre por consequência das mazelas que passa a política brasileira. Não foi nossa pretensão entrar em grandes detalhes em relação ao modo de comportar-se dos administradores atuais dos serviços de saúde pública e privada, mas sim as consequências advindas de um sistema onde há uma margem ao descumprimento das normas instituídas. Os planos de saúde têm sido alvo de numerosos processos judiciais. Sendo assim, o modo como podemos nos desvencilhar dos desmandos dos grandes empresários em favor do respeito aos Direitos Fundamentais é de grande importância para o crescimento de nosso país, que poderá se apresentar perante a comunidade internacional como uma nação que respeita acima de qualquer coisa o Direito Fundamental à saúde, corroborado com um aparato governamental sério e probó.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7 ed. São Paulo, Malheiros, 1997.

MENDES, Karyna Rocha. Curso de Direito da Saúde. São Paulo: Saraiva, 2013.